

Da pós-modernidade ao cânone literário: a identidade sul rio-grandense construída através dos textos literários

From the post-modern to the literary canon: identity of Rio Grande do Sul built
through the literary texts

Gabriela de Lima Grecco¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender e examinar a condição sociocultural e estética atual, em que se pode observar uma crítica relativa ao cânone e à marginalização de atores sociais, durante o período conhecido como pós-modernidade. Para tanto, se aborda a problemática acerca do conceito de *identidade*, já que consideramos um conceito chave para a compreensão de tal contexto. Além disso, este trabalho possibilita um maior entendimento acerca das identidades criadas através do cânone sul-rio-grandense (isto é, literatura canônica com produção no estado do Rio Grande do Sul/Brasil).

Palavras-chave: Cânone Literário; Estudos Culturais; Identidade, Pós-modernidade.

Abstract: This article aims to understand and examine the socio-cultural conditions and current aesthetics, in which one can observe a complaint relating to the canon and marginalization of social actors during the period known as post modernity. Therefore, it deals with the problem of the concept of identity, since we consider a key concept for understanding this context. In addition to allowing greater understanding of identities created by the South Rio Grande canon (canonical literature with production in the state of Rio Grande do Sul / Brazil).

Keywords: Literary Canon; Cultural Studies; Identity; Post Modernism.

1. A identidade pós-moderna

Os últimos anos têm sido marcados por uma crescente configuração de novas ideias relacionadas à pós-modernidade². Em anos recentes, tal conceito histórico vem determinando padrões de debate, definindo o modo de discurso e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual. Concomitante a esse processo, há também prognósticos catastróficos relativos ao futuro, colocando fim a ideologias, à arte, à classe social, à social-

¹ Doutoranda em História Contemporânea da Universidad Autónoma de Madrid, Espanha.

² Adota-se, com certa flexibilidade, a distinção feita por vários autores, como García Canclini, entre a *modernidade* como etapa histórica, a *modernização* como um processo socioeconômico que vai construindo a modernidade e os *modernismos*, ou seja, os projetos culturais que renovam as práticas simbólicas com um sentido experimental ou crítico.

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul rio-grandense construída através dos textos literários

democracia ou ao Estado de Bem-estar-social. O argumento em favor da existência da pós-modernidade apoia-se na hipótese de uma quebra radical, cujas origens geralmente remontam ao fim dos anos 50 ou começo dos anos 60 (JAMESON, 1997).

Para Fredric Jameson, o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. As teorias pós-modernas têm a óbvia missão ideológica de demonstrar que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes (JAMESON, 1997). Dessa maneira, a tradição marxista tem resistido com veemência a essas formulações de cunho fragmentário e aos decretos do fim de tudo que é “moderno”. Jameson assinala, ainda, que o pós-modernismo caracteriza-se por uma superficialidade e, o que antes se via como uma ideia de uma classe dominante (a saber, a burguesia), hoje se vive no reino da heterogeneidade estilística e discursiva ditadas pelos países capitalistas avançados. Para Jameson (1997, p. 72),

A concepção de pós-modernismo aqui esboçada é uma concepção histórica e não meramente estilística. É preciso insistir na diferença radical entre uma visão do pós-modernismo como um estilo (opcional) entre muitos outros disponíveis e uma visão que procura apreendê-lo como o dominante cultural da lógica do capitalismo tardio. Essas duas abordagens, na verdade, acabam gerando duas maneiras muito diferentes de conceituar o fenômeno como um todo: por um lado, julgamento moral (não importa se positivo ou negativo), e, por outro, tentativa genuinamente dialética de se pensar nosso tempo presente na história.

Em relação ao termo “pós-moderno”, este talvez represente, para muitos teóricos, uma espécie de tentativa de ruptura ou reação à modernidade³ (apesar de ser claro todo o peso de ideologia que, necessariamente, o modernismo continua a carregar hoje, como, por exemplo, a da herança marxista). Este último visto, geralmente, como positivista, tecnocêntrico, universalista e racionalista, é identificado com crenças do progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais. O que há, por conseguinte, em comum nesses exemplos é a rejeição pelos pós-modernos das “metanarrativas”, ou seja, interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal – incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades de razão iluminista (HARVEY, 2010). Segundo o crítico literário Terry Eagleton⁴ (apud REIS, 1998),

³ Embora o termo moderno tenha uma história bem mais antiga, o “projeto” da modernidade entrou em foco no século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como o lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade serem reveladas (HARVEY, 2010).

⁴ Ler também deste mesmo autor: (EAGLETON, 1997).

O pós-modernismo assinala a morte dessas 'metanarrativas', cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana "universal". Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo... A ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas.

Nesse sentido, o mundo atual vive, também, uma compressão do tempo-espaço, advindos da globalização⁵, em que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas. Assim, a experiência do tempo e do espaço se transformou: as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas (HARVEY, 2010). Um outro aspecto relativo às mudanças do processo de globalização é a questão do seu impacto frente à identidade cultural. Como Karl Marx refletiu sobre a modernidade (tardia), registrado por Stuart Hall (2003, p. 14):

[...] É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar.

Nessa perspectiva, novas tecnologias da informação que permitem notícias em tempo real, a globalização dos mercados mundiais, a sociedade em rede, o aumento da desigualdade social e a destruição de ecossistemas são fenômenos que estão ocorrendo de forma intensa nas últimas décadas. Tal experiência evidencia, contudo, que uma parte expressiva da sociedade naturaliza esses fenômenos, vivendo-os como algo inevitável, sobre os quais o homem não tem qualquer poder de decisão – ideologicamente, essa visão é sustentada pelo neoliberalismo⁶. Visto assim, o humano é retirado de sua condição de sujeito e de sua possibilidade de transformar o que está posto. Na realidade, já não se pode conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, porque ser alienado pressupõe um sentido de eu coerente e não fragmentado do qual se alienar. Há, portanto, razões para acreditar que a alienação do sujeito é deslocada pela fragmentação do sujeito. Segundo Harvey (2010, p. 57),

O modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranoia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive

⁵ Tal termo vem ajudando a fazer parecer inevitável a redução dos poderes estatais em termos de regulamentação dos fluxos de capital e se tornou um instrumento político extremamente potente de privação de poder dos movimentos operários e sindicais nacionais e internacionais. Veio a ser, em resumo, um conceito central associado ao admirável mundo novo do neoliberalismo globalizante (HARVEY, 2009).

⁶ A onda do neoliberalismo varreu o mundo avançado a partir de 1980. Nesse sentido, um potente inibidor da ação foi a incapacidade de apresentar uma alternativa à doutrina tatcheriana de que "não há alternativa". A incapacidade de descobrir um "otimismo do intelecto" com que trabalhar em busca de alternativas tornou-se hoje um dos mais sérios obstáculos à política progressista.

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul rio-grandense construída através dos textos literários

as lingüísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente [...] algum futuro radicalmente diferente.

A sociedade atual, portanto, conduz o homem a vivenciar mudanças decorrentes da pós-modernidade, como a fragmentação, a dinamicidade e a movimentação intensa (como a da internet e do avião). Os indivíduos parecem apanhados numa arapuca, impotentemente passivos, aprisionados e fragmentados na teia da vida urbana que vai sendo tecida por agentes que parecem distantes (HARVEY, 2009). Com o ícone da globalização, tornou-se celebre afirmar que no mundo não há mais fronteiras⁷. Dessa forma,

[...] uma coisa é certa: vivemos hoje em uma dessas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos de regulação social ainda pouco estabilizados. Vivemos um desses raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado (LÉVY, 2002, p. 17).

Nas artes plásticas, por exemplo, o movimento artístico chamado “Retorno à Pintura” é bastante emblemático para se entender alguns aspectos da pós-modernidade. De acordo com seus defensores, o pós-modernismo caracteriza-se pela tomada de consciência por parte do artista e do público de que o prazer é uma qualidade fundamental na realização e na apreciação da obra de arte, que, no entanto, foi abandonada pelos artistas modernistas do início de século XX em função do seu comprometimento com a história. Segundo De Fusco (1988),

O fracasso da palavra política e do dogma ideológico provocou a superação da superstição de uma arte como atitude progressista. O artista compreendeu que progressismo significa afinal progressão, evolução interna da linguagem, segundo linhas de fuga que espelham a fuga utópica da ideologia. Se a arte anterior pensava participar na transformação social mediante a expansão de novos processos e de novos materiais, através do transvasamento do quadro e do tempo histórico da obra, a arte atual tende a não se iludir fora de si própria e a refazer os seus próprios passos.

Dessa maneira, após receber uma grande herança, os artistas estão selecionando uma ampla gama de alternativas sem chegar a nenhuma conclusão definitiva. Os sintomas dessa passagem do moderno para o pós-moderno são um ecletismo onipresente e uma confusa combinação de estilos que refletem causas e interesses pessoais restritos (H.W. JANSON & A. JANSON, 1996). Um exemplo de arte pós-moderna é a produção artística do pintor Francesco Clemente (1952-), o qual trabalha com um estilo apropriado ao momento, captando os fenômenos transitórios⁸. A pintura anexada sugere uma alma atormentada por

⁷ Segundo o antropólogo francês Jean-Loup Amselle, (apud BURKE, 2003, p.2), não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, e sim, pelo contrário, um *continuum* cultural.

⁸ Para entender melhor tal assunto, recomenda-se (REIS, 1998).

impulsos e sensações do homem pós-moderno: um homem fragmentado, deslocado e atormentado.

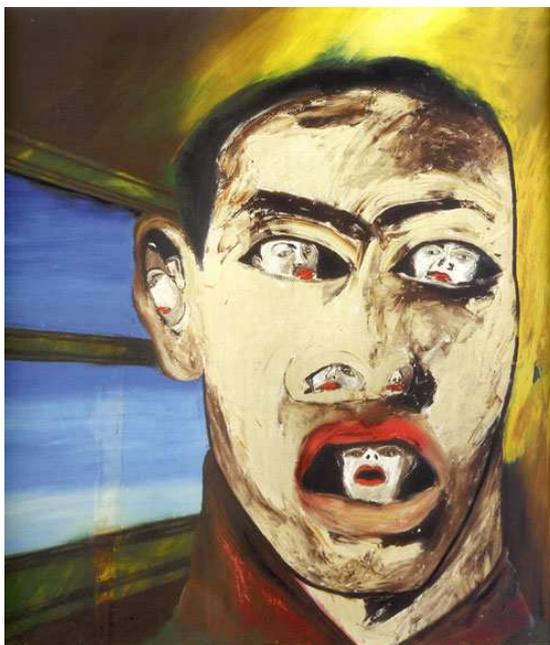


Figura 1 – (CLEMENTE, 1968)

Para Charles Newman, o pós-modernismo assinala uma receptividade não crítica à Arte, uma tolerância que equivale à indiferença, principalmente por parte da elite intelectual. Desse ponto de vista, afirma Newman, “a celebrada fragmentação da arte já não é uma escolha estética: é somente um aspecto cultural do tecido social e econômico” (apud HARVEY, 2010, p. 64). O aspecto cultural, por conseguinte, não pode ser visto como característica autônoma das Artes, visto que está enraizado em outros setores, principalmente da vida cotidiana: a mobilização da moda, da arte, da mídia faz parte do estilo de vida do homem regido pelo neoliberalismo.

Já para o teórico Canclini (1997, p. 329), “o pós-modernismo não é um estilo, mas a co-presença tumultuada de todos, o lugar onde os capítulos da história da arte e do folclore cruzam entre si e com as novas tecnologias culturais”. Nessa perspectiva, tal explicação se conecta com o sentido de “hibridismo cultural”, visto como uma articulação entre várias mesclas interculturais dentro do processo de globalização cultural. Desse modo, não é somente a arte pictórica que se utiliza desse sentido de hibridização, mas também o próprio texto, segundo Peter Burke (2003), como os gêneros híbridos japoneses ou latino-americanos que não podem ser vistos como simples imitações do romance ocidental.

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul-rio-grandense construída através dos textos literários

Por outro lado, se parte dos teóricos pós-modernos nega a historicidade de seus trabalhos, de modo a perder profundidade, alguns outros teóricos assumiram uma abordagem que evoca as questões sociais e políticas, como as de gênero, de sexualidade, de etnia, de poder das ordens simbólicas, abrindo um canal para o campo de estudos que vai além dos aparatos conceituais tradicionais. Este outro movimento reinsere, portanto, os contextos históricos sendo significantes e até determinantes para as artes e as disciplinas científicas.

A questão da identidade, por exemplo, vem sendo problematizada. A identidade passa a ser estabelecida por uma marcação simbólica (homem/mulher; branco/negro; rico/pobre), ainda de influência pós-estruturalista, definindo-se quem é o excluído e o incluído. Portanto, crescentemente se exige o reconhecimento dos direitos das várias culturas e dos vários “outros mundos”, isto é, o pós-modernismo tem uma estreita relação com as “outras vozes” que há muito estavam silenciadas (mulheres, gays, negros, povos colonizados).

O campo dos Estudos Culturais⁹, por sua vez, surge como proposta de cunho teórico-político para estudar algumas premissas relativas ao contexto da pós-modernidade, abrangendo preocupações de ordem cultural, histórica e social:

A primeira premissa é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. A terceira [...] é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas em local de diferenças e de lutas sociais. (SILVA, 2004, p. 13)

Dessa maneira, muito importante para a história recente tem sido as lutas políticas e teóricas advindas do movimento feminista e das lutas contra o racismo. “Esses movimentos e lutas têm aprofundado e ampliado os compromissos democráticos e socialistas” (SILVA, 2004, p. 14). As feministas, por sua vez, têm contribuído de forma radical e particular para a ampliação do debate referente à identidade pós-moderna, em que afirmam que “o pessoal é político”, reconfigurando o papel da mulher na sociedade contemporânea e politizando a subjetividade no processo de identificação das relações binárias criadas simbolicamente (filho/filha; marido/esposa; homem/mulher) com vistas a subverter a dicotomia sexual ou de gênero.

⁹ Estudos Culturais são estudos sobre a diversidade dentro de cada cultura e sobre as diferentes culturas, sua multiplicidade e complexidade. São, também, estudos orientados pela hipótese de que entre as diferentes culturas existem relações de poder e dominação que devem ser questionadas.

Assim, o reconhecimento das formas de poder associado às representações simbólicas se mostra essencial para o entendimento da sociedade pós-moderna, como as ideias do sociólogo, trabalhado no capítulo 1, Pierre Bourdieu. Nesse sentido, a conexão entre o trabalho intelectual e o trabalho político tem sido importante para os Estudos Culturais. Isso significa que a pesquisa e a escrita têm sido políticas (SILVA, 2004). Para Silva (2004, p. 25),

[...] os Estudos Culturais dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, os Estudos Culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais.

Nessa perspectiva, é evidente que a literatura – como forma de poder associado às representações e como texto privilegiado na medida em que pode conter outros textos, como o histórico - faz parte de um projeto de (re)construção das identidades. As representações fictícias e textuais, por conseguinte, são extremamente relevantes: procuram a identidade, a construção da imagem de si, da coletividade e das relações. “El factor más constante de alienación sería, precisamente, el hiato entre las representaciones y la aprehensión de su falsedad” (VEGA, 2003).

Las representaciones, las formaciones discursivas construyen, en cierto modo, el mundo. Es una constelación de datos y una serie de proposiciones las que lenta e insidiosamente, mediante textos, revistas, cuentos, novela, películas, libros escolares, programas de radio, van conformando la visión del mundo de la colectividad a la que se pertenece (VEGA, 2003, p. 50-51).

Entretanto, construindo-se como um desafio à instituição literária, as literaturas emergentes desempenham um papel fundamental na (re)elaboração das representações identitárias. “As literaturas dos grupos discriminados – negros, mulheres, homossexuais – funcionam como elemento que vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer de ancoramento do sentimento de identidade” (BERND, 1992, p.13). Assim, o essencial destas literaturas é precisamente sua força de resgatar as formas onde subsistem as culturas de resistência, matéria-prima da identidade cultural (BERND, 1992).

Este novo debate, pois, se produz a partir da *crise do sujeito*, tal como diagnosticam os teóricos pós-modernos, que defendem os fracassos das identidades centradas em uma racionalidade unificada. No entanto, cabe um questionamento: como conciliar o novo “eu desunificado” com a necessidade política de seguir em uma dinâmica de sujeitos e identidades para se articularem coletivamente? A hibridização cultural pode ser uma resposta, uma vez que a “identidade híbrida”, isto é, uma identidade múltipla e fluída, permite ao sujeito abandonar as identidades reconhecíveis e catalogáveis, para oscilar criticamente entre o “pertencimento” e o “estranhamento”. Assim, a identidade é concebida como uma síntese inacabada:

Da pós-modernidade ao cânone literário: a identidade sul-rio-grandense construída através dos textos literários

A busca pela identidade deve ser vista como processo, em permanente movimento de deslocamento, como *travessia*, como uma formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização, entendendo-se a noção de 'território' como o conjunto de representações que um indivíduo ou um grupo tem de si próprio (BERND, 1992, p. 11).

Nesta acepção, o conceito de identidade se revela extremamente útil, no contexto atual, para iluminar a leitura de textos que, produzidos em situações de cruzamento ou de dominação cultural, procuram reencontrar ou redefinir seu território, a partir de um novo olhar sobre o passado histórico. A construção da identidade é, pois, indissociável da narrativa e, conseqüentemente, da literatura. Assim,

[...] somente em termos de um tal sentido centrado de identidade pessoal podem os indivíduos se dedicar a projetos que se estendem no tempo ou pensar de modo coeso sobre a produção de um futuro significativamente melhor do que o tempo presente e passado (HARVEY, 2010, p. 57).

2. Da identidade ao cânone

Os Estudos Culturais têm postulado uma crítica da representatividade do cânone¹⁰ enquanto mecanismo de exclusão de ordem cultural. A reflexão em relação ao cânone teve duas vertentes: uma mais conservadora, em defesa de seu *status quo*, representada pelo teórico americano Harold Bloom, em seu livro *O Cânone Ocidental*; e uma segunda mais contestadora, postulada por grupos marginais e, também, por membros da academia que adotam o mesmo discurso. Nesta última, podemos citar Frantz Fanon como um teórico de resistência estética e literária através, principalmente, do livro *Os Condenados da Terra*, assim como gaúcho, crítico literário, Flávio Kothe, o qual faz uma revisão radical do cânone brasileiro.

Assim, os impulsos dos Estudos Culturais e das teorias críticas pós-modernas vêm no sentido de lutar para que a cultura exclusivista começasse a fazer parte de uma cultura comum, mais democrática, em que os significados e valores fossem construídos por amplos setores da sociedade, a saber, não somente por segmentos privilegiados (como do homem branco, ocidental), mas também por aqueles que até então foram excluídos (como os gays, as mulheres, os povos colonizados). Dessa maneira, uma cultura comum se caracterizaria pela

¹⁰ Segundo Kothe (1997, p. 108), “o cânone de uma literatura nacional é o conjunto dos seus textos consagrados, considerados clássicos e ensinados em todas as escolas do país. O termo ‘cânone’ tem origem religiosa, e não é empregado por alusão gratuita, mas porque conota a natureza ‘sagrada’ atribuída a certos textos e autores, que assumem caráter paradigmático e são considerados píncaros do ‘espírito nacional’ e recolhidos num ‘panteão de imortais’”.

contínua redefinição em que todos os membros da sociedade participassem de sua construção, em todos os níveis da vida social, exigindo, pois, uma ética de responsabilidade comum.

Os Estudos Culturais, portanto, vêm contrapor-se aos estudos literários justamente em um momento de lutas políticas para a transformação geral da sociedade. Assim, o texto literário, como integrante do discurso social, será um dos mediadores do processo de afirmação e de reconstrução das identidades nacionais/regionais devido à sua própria especificidade que é a de conter em si mesmo uma infinidade de discursos (como o histórico), possibilitando, por conseguinte, a produção de abordagens a partir dos horizontes das minorias.

Os discursos históricos, por sua vez, contidos nas narrativas literárias, podem trazer à tona conjuntos e fatos sociais relevantes; no entanto, tais relatos podem conter a exclusão ou a deformação de atores sociais. Nesse sentido, é evidente que a historiografia literária tende a consolidar modelos de interpretação segundo interesses de certos grupos, a ponto de não se poder perceber, com a repetição e o estabelecimento do cânone, a diferença entre os fatos ocorridos e a narrativa desses fatos (KOTHE, 1997).

Nessa perspectiva, tanto a literatura como a historiografia constroem juntas, na ordem do imaginário, a ideia que fazemos de nós mesmos e, conseqüentemente, da nossa identidade nacional. Assim, já que a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro, é importante trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1996).

É adequado, por conseguinte, tornar claro que não se pode analisar a literatura sem seu referente histórico, nem mesmo conceber uma literatura sem a realidade que ela produz e reproduz. Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar uma visão dissociada da literatura em relação a seus fatores externos. Segundo Candido (2010, p. 14),

Só podemos entender [a integridade da obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.

Por outro lado, o trabalho da narrativa literária é, também, o de ordenar, dar forma e tornar significativo um conjunto disperso de experiências e vivências segundo certos padrões e dispositivos capazes de serem apreendidos por uma comunidade de leitores. Contudo, ao fazê-lo, opera-se a partir de um trabalho de domesticação desse passado segundo necessidades e demandas que não são evidentemente as do próprio passado (GUIMARÃES, 2006).

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul-rio-grandense construída através dos textos literários

Para Walter Benjamin (apud, CHUVA, 2006), quando a relação do homem com o passado se transforma numa estratégia, está presente uma nova ideia a seu respeito: a de que o presente pode iluminar o passado e não o sentido inverso. A partir desse foco dado por Benjamin, pode-se refletir sobre o momento em que se tornou necessário inventar identidades e passados nacionais.

Complementando a ideia de Benjamin, Bourdieu (2010) afirma que o poder simbólico – contido no texto literário e construído através das palavras – tem o poder de consagração ou revelação; assim, um grupo só começa a existir enquanto tal na medida em que é reconhecido, revelando no presente a sua existência no passado. A consagração de um passado histórico e de seus atores sociais são elementos chave para o entendimento de que certas tradições se traduzem como antigas e, portanto, se consolidam como tal. Na realidade, estas tiveram origem, muitas vezes, forjadas num passado mais recente, a fim de criar um passado histórico adequado para a manutenção de uma identidade que certos grupos elegem para representar uma sociedade:

Tradição inventada significa um conjunto de práticas [...], de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HOBSBAWN e RANGER apud HALL, 2003, p. 54).

Um exemplo bastante significativo para a identidade brasileira é a imagem lusa que, traduzindo-se como a tradição mais fundamental, nega o nosso antepassado indígena e, até mesmo, de outros imigrantes - a sua grande narrativa, a saber, encontra-se em *Os Lusíadas*, de Camões. A literatura portuguesa, por sua vez, não é uma literatura mundialmente importante: sua obrigatoriedade no ensino do Brasil faz parte, obviamente, de uma política ainda presente de assimilação da cultura de matriz lusitana. Tal diagnóstico é representativo para se perceber a continuidade de uma mentalidade colonial.

As representações construídas através dos textos literários visam, portanto, à cristalização de uma “ordem”, a qual, no entanto, revela contradições em si mesma, posto que sua harmonia é uma construção artificial. O cânone vigente, pois, está sofrendo reformulações no sentido de democratizar os discursos; entretanto, esse processo não deve somente propor uma outra verdade, mas questionar o próprio conceito de verdade contido no cânone. Não há lugar, por conseguinte, para as idealizações, mas nem por isso deixa-se de trilhar caminhos competentes, buscando a reinserção de atores sociais no plano das representações construídas no passado. As literaturas marginais, nesse sentido, devem ter um compromisso em resgatar a

figura seja do negro ou do índio, seja da mulher ou do homem colonizado. Segundo Vega (2003, p. 199),

La lengua es compañera del imperio. Convendría quizá añadir que lo son también las tradiciones literarias, los cauces y moldes genéricos y estilísticos, las pautas retóricas, las formas de ordenar y disponer un discurso, los moldes de referirse al mundo y describirlo.

Dessa forma, um componente essencial de toda essa reflexão é a de que as literaturas não apenas refletem uma cultura, como também a criam. Ante as identidades, a literatura tem função de representá-las, mas também de imaginá-las, encaminhando-as para novos paradigmas culturais, nos quais não há mais lugar para uma visão parcial de modo a impor uma fictícia identidade à custa das diferenças específicas.

O reexame permanente das identidades ordena uma reflexão profunda sobre a formação de nós próprios e de nossa identidade cultural. As minorias, por muito tempo, sofreram a imposição de uma identidade que não é sua. Acaba sendo “natural” assumir a visão do outro como a própria, não se percebendo mais como se está dominado enquanto se pretende estar emancipado: o único modo de ser é ser outro, ser como o outro quer que seja (KOTHE, 1997).

Nas narrativas em que se inserem novos atores sociais e novas abordagens históricas, há a direção a uma visão mais integrativa da comunidade humana, no sentido de não se afastar de uma identidade nacional, mas de representá-la de maneira mais verossímil. Nas últimas décadas, há interesses visíveis referentes à transformação de ordem cultural. Contudo, a cultura, por muito tempo, foi exonerada de qualquer relação com o poder e as representações foram consideradas apenas imagens apolíticas, negando-se que há um envolvimento direto e constante entre passado e presente. Segundo Said (2005, p. 251),

A história [...] não é uma máquina calculadora. Ela se desenvolve no espírito e na imaginação e se encarna nas múltiplas respostas da cultura de um povo, que é em si mesma a mediação infinitamente sutil de realidades materiais, de fatos econômicos subjacentes, de ásperas objetividades.

É tarefa do historiador, pois, decodificar, sob a aparente ingenuidade de alguns textos literários, os mecanismos de silenciamento de algumas vozes, assim como a da invenção do outro, mas também aquelas passagens que representam, de modo verossímil, o outro em sua alteridade. Segundo Kothe (1997, p. 104), “a imagem do passado pouco tem a ver com a que realmente foi”; assim, o cânone é, em certo sentido, uma ficcional reconstrução da história,

[...] na qual e pela qual se acaba encontrando no passado exatamente aquilo que nele se quis projetar, mas que se apresenta como se fosse a mais objetiva captação do processo histórico de formação literária, sem a menor participação volitiva do interpretador (KOTHE, 1997, p. 13).

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul-rio-grandense construída através dos textos literários

No entanto, segundo o mesmo autor, a história ocorrida é a única que foi concretamente realizada, mas não a única história abstratamente possível: as possibilidades sufocadas continuam presentes; o que o passado não concretizou, o futuro pode tornar impositivo.

3. Da identidade ao cânone Sul-Rio-grandense

No campo da história e da literatura, já há uma trajetória respeitável em relação às reflexões referentes à identidade gaúcha. Tais reflexões, no entanto, não esgotam o assunto, mas sim tornam a discussão mais fértil e nos dão subsídios para problematizar e questionar as construções identitárias circunscritas ao estado sulino – sendo estas problemáticas constantes para diversos estudos¹¹. Nessa perspectiva, a literatura sul-rio-grandense¹² - datada a partir da década de 1870 - é campo privilegiado para entender o modo pelo qual foi sendo construída a identidade gaúcha. Para tanto, é importante o estudo que relaciona identidade cultural e cânone literário, posto que estes fazem parte das construções simbólicas de nossa sociedade e, mais especificamente, do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o texto literário, devido ao seu caráter eminentemente social, interfere na sociedade, criando, através das representações, a nossa identidade. Segundo Candido (2010), a arte é social em dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.

Assim, não se pode desprezar o fato de que nenhuma sociedade faz uma leitura solitária, idêntica ou isolada de si mesma, mas todas realizam exercícios permanentes de autoconsciência, promovendo leituras de si próprias de ângulos ou perspectivas inusitadas (DAMATTA, 2004). No entanto, o cânone vem servindo como uma “camisa-de-força” por meio da literatura, marginalizando a língua e a cultura de diversos povos que constituem a sociedade brasileira mediante uma política sistemática de assimilação ao invés de integração

¹¹ Como os seguintes trabalhos: (MARTINS, 1998); (LIMA, 2001); (ALVES, 2005); (ZISMANN, 2006).

¹² Para Zilberman (1992), como a produção sulina faz parte da literatura nacional, é prudente esclarecer onde se situa a individualidade daquela porção, para justificar o tratamento que a singulariza. Assim, foram considerados pertencentes à literatura sul-rio-grandense os autores nascidos no estado. Outro critério também utilizado pela autora é o tema de expressão rio-grandense. Para Fischer (2004), é a partir da Guerra dos Farrapos, entre 1835 a 1845, que, não por acaso, nascerá o conceito de literatura gaúcha. Será a geração dos filhos da guerra a responsável pela invenção do gaúcho literário, pela reivindicação nele implícita do direito à particularidade e à diferença.

(KOTHE, 1997). A identidade brasileira, e também gaúcha, que deveria ser múltipla e heterogênea, torna-se “una”, homogênea, hierárquica.

O que se entende por identidade no mundo pós-moderno e que, segundo Stuart Hall (2003), está em crise – ou seja, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades – interessa sobremaneira para este estudo. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente não é mais possível: hoje se vê que há uma multiplicidade de identidades possíveis, novos atores sociais surgindo e reivindicando o seu papel como sendo significativo.

Entretanto, nem sempre foi assim. Por muito tempo as identidades basearam-se num recorte ou numa representação falha da realidade, circunscrita a um plano de referência, quando, de fato, esta representação deveria se dar em vários níveis – como o psicológico, o sociológico, o cultural, entre outros (ALVES, 2005). Na literatura gaúcha, tal constatação é evidente: por muito tempo, os grupos indígenas apareceram em número reduzido de obras literárias, dando lugar à temática da formação étnica a partir das correntes migratórias européias. Segundo Zilá Bernd (1992, p. 14),

(admitir) as correlações imediatas entre características raciais ou geográficas, por exemplo, e a construção de uma determinada cultura, é não apenas cientificamente falso como ideologicamente perigoso e pode levar a conclusões racistas segundo as quais somente indivíduos pertencentes a raça X, ou habitantes da região Y, são capazes de produzir certos objetos culturais.

Nesta mesma perspectiva etnológica, Damatta (2004) afirma que a identidade gaúcha sempre esteve fundamentada em elementos de modernidade, isto é, o sul do Brasil representaria a ponta exemplar de um processo aculturativo à modernidade, atingindo um ponto no qual os países modernos já teriam chegado. Assim, enquanto a maioria do Brasil seria atrasada, o “sul” seria moderno; tal ideia está relacionada, sobretudo, à questão étnica. Enquanto a identidade brasileira teria sido construída a partir da fábula das três raças, o Rio Grande do Sul tem um número bastante representativo de imigrantes brancos e os reconhece como atores importantes na constituição de sua narrativa de identidade.

A literatura gaúcha, por sua vez, durante um longo período (do século XIX até metade do século XX), mostrou-se como uma narrativa construída no sentido de firmar a identidade do homem da campanha. A imagem do gaúcho, portanto, foi sendo construída a partir de uma imagem de um homem valente, generoso, destemido, capaz de enfrentar o inimigo. Segundo Albeche (apud ALVES, 2005), na obra *Os Farrapos* de Oliveira Belo, o gaúcho aparece, pela primeira vez, na literatura como símbolo rio-grandense. A ideia de “homogeneização” do Rio

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul-rio-grandense construída através dos textos literários

Grande do Sul foi caracterizada desde então, construindo a crença de que o gaúcho heroico representa a figura real do povo sulino.

Nas últimas décadas, entretanto, há uma evidente ampliação dos temas e das figuras retratadas no texto literário sul-rio-grandense, constituindo uma identidade não excludente e capaz de representar a sociedade gaúcha em seu conjunto. Dessa maneira, a identidade gaúcha vem sendo criada e recriada através do cânone sul-rio-grandense. Passa-se, mais recentemente, a refletir a partir do horizonte das minorias étnicas e sobre o papel da mulher em nossa história, mergulhando-se, pois, nos problemas de nossa identidade cultural. Segundo Alves (2005, p. 30-38),

Várias foram as concepções da figura do gaúcho até a sedimentação da que se tem hoje, tão variadas quanto os contextos históricos em que foram forjadas. [...] Na segunda metade do século XX, através de uma concepção marxista da História, começou-se a questionar o caráter tão marcadamente heróico do povo gaúcho. A própria Revolução Farroupilha apresentava episódios nada dignos de orgulho, como a Batalha de Porongos, por exemplo, quando os Lanceiros Negros (escravos que por acreditarem na abolição lutavam junto aos farrapos) foram traídos e vitimados. [...] Da mesma forma, demonstrou-se que o gaúcho mítico nunca existiu historicamente e que a decantada democracia dos pampas era uma construção idealizada que respondia aos interesses de legitimação das oligarquias locais.

Hoje, portanto, já se considera que os eixos definidores do processo cultural sul-rio-grandense passam necessariamente pelo hibridismo étnico. Assim, o processo cultural gaúcho, como uma entidade em construção, assiste, no presente momento, ao aporte de várias etnias e de vertentes até então sem voz (ASSIS BRASIL, 2004). Nesse processo, a partir da metade do século XX, houve um movimento em busca de uma visão mais crítica acerca da identidade gaúcha, podendo citar Érico Veríssimo, Cyro Martins, Dyonélio Machado e, mais recentemente, Caio Fernando Abreu, Lya Luft e Antônio de Assis Brasil.

Érico, por exemplo, refletiu, em suas obras, sobre as opções possíveis para os grandes dilemas étnicos da época, realizando ficções de grande qualidade estética, capazes de mergulhar no passado histórico, de modo a recriar a identidade gaúcha (FISCHER, 2004). Porém, ao passo que Érico prefere fazer a saga da classe dominante de sua origem à sua decadência, Cyro Martins opta pelos desvalidos do pampa: pequenos arrendatários, agregados, peões, carreteiros, personagens que perderam o pouco que possuíam e que vagam sem destino pela campanha.

Dyonélio, por sua vez, foi um dos pioneiros na reflexão literária sobre o universo urbano, retratando a precariedade dos centros urbanos, incluindo os sujeitos vindos do interior. Já na obra de Caio e Lya Luft, verifica-se a influência da ficção introspectiva, à

maneira de Clarice Lispector, explorando a subjetividade e a procura de identidade dos personagens.

A identidade gaúcha hoje, portanto, é bem mais ampla do que seu substrato mítico parecia indicar. Isso vem possibilitando um reexame profundo acerca dos trabalhos discursivos que, em seu conjunto, legitimam a ideia que temos de nós mesmos. Há, ainda, a manutenção de alguns símbolos e costumes ligados à ideia do que foi nosso passado, mas estes estão ficando cada vez mais circunscritos a determinados grupos. Algumas representações, porém, possibilitaram, de forma muito profunda, a interiorização e a legitimação de nossa auto-imagem e, para desconstruí-las, é necessária uma reformulação identitária que se incline ao resgate de nossa identidade de maneira a relativizar o “nós”. Isto é, “como um homem que está em condição de viver o relativo depois de ter sofrido o absoluto” (GLISSANT, apud BERND, 1992, p. 84).

Dessa maneira, embora a literatura sirva como um discurso para que não se ouçam algumas vozes, de modo a preservar uma totalidade inexistente, ela também tem a função de ampliar as possibilidades de significação de uma identidade, dando espaço à diferença. Ao questionar a verdade do cânone, muitos escritores têm utilizado sua literatura como uma reformulação da interpretação canonizada, redefinindo papéis e encontrando alternativas históricas distintas, com vistas a dessacralizar a história do passado.

É importante perceber, ainda, que a literatura brasileira sempre se preocupou em estar em sintonia com os modelos europeus (Barroco, Arcadismo, Romantismo, etc.). Assim, afirma Flávio Kothe (1997, p. 20), “a mentalidade colonial acha que só imitando modelos das metrópoles se pode fazer arte ou ciência; a ruptura dá-se quando o ponto de partida e primeira chegada da produção passa a se dar dentro da sociedade brasileira”. Dessa maneira,

[...] a divisão de períodos literários nas historiografias repete modelos europeus, que eram imitados, em geral com atraso, pelos literatos da colônia, como se as condições sociais fossem as mesmas e os pensamentos fossem pássaros migratórios. [...] Voz e vez tem aquele que serve para confirmar o esquema (KOTHE, 1997, p. 60).

Consideramos interessante analisar a literatura brasileira - e também a gaúcha, já que esta faz parte da mesma - de outra perspectiva, isto é, questionando uma única visão sistêmica, uma única avaliação do que se entende por “literatura canônica”. No entanto, pouco ainda se fez nesse sentido, inclinando-se a provocar a saída de elementos que poderiam participar do sistema e enriquecê-lo. Para tanto, trata-se de redescobrir as múltiplas identidades, superando as identidades fictícias e inverossímeis, a fim de possibilitar a abertura do sistema a outras séries literárias e interpretações, adequando o texto literário melhor à realidade e à evolução histórica.

4. Conclusão

Este artigo teve por principal objetivo analisar em que medida o cânone sul-rio-grandense teve importância para a construção ou desmistificação da identidade gaúcha. Nesse sentido, o panorama das últimas décadas da literatura sul-rio-grandense revela que a história continua a inspirar a imaginação dos ficcionistas. A literatura contemporânea caracteriza-se, então, pela busca de sentido na história para refletir e subverter as representações do mundo social do presente. Relendo a história, entende-se melhor a própria sociedade de hoje, pois tudo o que somos é fruto de nossa própria história.

Assim, toda sociedade tenta definir sua identidade em articulação com sua representação de mundo. No entanto, a sociedade sempre dispõe de meios para obstruir qualquer projeto que não atenda aos anseios daqueles que detêm o poder efetivo; assim, o campo de produção cultural, em que se encontra a produção literária, serve, muitas vezes, para reforçar a situação existente, isto é, o *status quo*. Por isso, para se modificar o presente, deve-se compreender as representações sociais do passado, já que essas definiram e continuam definindo as identidades construídas socialmente.

Dentro do campo da história e da literatura, acabava-se criando exatamente o que se queria encontrar no passado. Por muito tempo, toda a interpretação literária que postulasse algo diverso ao cânone tendia a ser ignorada ou excluída – sob o argumento de desqualificação estética ou de discriminação a priori. A cultura, portanto, envolve poder, contribuindo, muitas vezes, para produzir assimetrias em nível social. Cultura e memória, por sua vez, estão intrinsecamente relacionadas e é através do ofício de historiador e escritor que a memória é criada e recriada. Porém, a “memória coletiva”, a respeito, por exemplo, de genocídios dos povos indígenas e da condição de objeto da população negra, foi “apagada”, pois criou-se mecanismos de silenciamentos acerca de nosso passado histórico. Assim, os silêncios ou as revelações dos textos narrativos são indícios para compreender os mecanismos de perpetuação ou transformação das representações de uma sociedade.

Nesta perspectiva, as minorias étnicas se viram perseguidas e eliminadas do palco da história e da literatura; contudo, atualmente vê-se um processo inverso, em que o campo cultural do contexto pós-moderno amplia seus horizontes. Assim sendo, as fontes literárias, as quais representam as imagens sensíveis do mundo, engajaram-se no sentido de dar voz às minorias, mostrando-se como um canal promissor para se questionar o passado, ao passo que o reconstroem.

O conhecimento histórico e literário, atualmente, objetiva reconstruir a formação social do Rio Grande do Sul em sua totalidade; procura-se, assim, corrigir, ou pelo menos enfrentar, as assimetrias construídas em nível social. Assim sendo, grupos sociais como os indígenas, que não costumam figurar nas páginas da historiografia e que, entretanto, são de grande representatividade para significativa parcela da sociedade sulina, figuram, atualmente, em obras literárias de romances históricos – de caráter social – na contemporaneidade.

É nesta perspectiva que se compreende que a identidade deve ser vista como processo, sendo dissolvida e construída, deslocando-se conforme as condições sociais e políticas estão estruturadas. Assim, dá-se espaço para que os indivíduos construam, em conjunto, a sociedade. A fragmentação do sujeito pós-moderno, no entanto, impede que os indivíduos pensem que têm esse poder de decisão. Para efetivar esse projeto, os indivíduos devem inserir-se nesse processo como sujeitos, capazes de transformar a representação que eles próprios têm da sociedade onde vivem. Começa-se, assim, a fazer parte de uma cultura em comum, em que os significados e valores podem ser construídos por todos, e não por uns poucos privilegiados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcia Borba. **Tratado das gentes do continente por uma definição da identidade gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. “Entre a universalidade e a particularidade: a literatura antes as identidades regionais”. In: SCHULER, Fernando & BORDINI, Maria da Glória (org.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CLEMENTE, Francesco. **Sem título**, 1968. Óleo e cera sobre tela, 1,98mx2,36m. Coleção Thomas Ammann, Zurique. Disponível em <http://www.fantasyarts.net/francesco_clemente_name.html>. Acesso em 20 de set. 2010.
- CHUVA, Márcia. “A noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: representações em disputa”, In: LOPES, Antonio Herculeano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 295-306.

Da pós-modernidade ao cânone literário:
a identidade sul rio-grandense construída através dos textos literários

DAMATTA, Roberto. “Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira”, In: SCHULER, Fernando & BORDINI, Maria da Glória (org.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DE FUSCO, Renato. **História da arte contemporânea**. Lisboa: Presença, 1988.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma Introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura Gaúcha**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Escrever a História, domesticar o passado”, In: LOPES, Antonio Herculeano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 45-57.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

JANSON, H.W. & JANSON, ANTHONY F. **Iniciação à História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JAMESON, Fredri. **Pós-Modernismo: A lógica cultural do Capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KOTHE, Flávio R. **O Cânone colonial: Ensaios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MARTINS, Cláudia Mentz. **Em busca de um paraíso: o messianismo em la guerra del fin del mundo e videiras de cristal**. Porto Alegre, 1998. Diss. (Mestrado em Letras) - PUCRS, Inst. de Letras e Artes.

REIS, Ronaldo Rosas. **Conformismo Pós-Moderno e nostalgia Moderna – As ideologias estéticas dos anos 80**, Ciberlegenda, 1998. Documento disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/ronaldo1.htm>>. Acesso em 20 set. 2010.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O que é, afinal, Estudos Culturais?**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEGA, José Maria. **Imperios de papel: Introducción a la critica postcolonial**. Barcelona: CRITICA, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZISMANN, Tatiana. **A construção de uma referência de identidade nacional para o Rio Grande do Sul nos discursos crítico-literário e historiográfico de Moysés Vellinho.** Porto Alegre, 2006. Diss. (Mestrado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas.